

HOMESCHOOLING: uma análise sobre a Educação Domiciliar

Ileana Karla Sabino do Amaral¹

Patrícia Peluso Condé²

Adriana Maria Vieira Mollica³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise da educação domiciliar, também conhecida como homeschooling, buscando entender suas implicações no desenvolvimento social das crianças e adolescentes que participam desse tipo de oferta de ensino e trazer algumas reflexões sobre essa temática. Este é um estudo de cunho quali-quantitativo e foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário a onze professores, de duas escolas públicas do município de Guidoal, MG, e uma escola privada no município de Ubá, MG. Os dados obtidos apontam para uma preocupação na socialização dos alunos que estariam inseridos nesta modalidade de ensino domiciliar. Assim, conclui-se que os resultados obtidos nesta pesquisa vão ao encontro do objetivo traçado no início da presente investigação ao comprovar que a socialização no ambiente escolar é de extrema importância para o desenvolvimento integral do discente. Além disso, fica claro que a convivência com outras crianças e adultos na escolarização é essencial para o processo de adequação social, visto que diferentes pessoas e culturas na escola promovem o respeito às diferenças, empatia e solidariedade, habilidades primordiais à vida em sociedade.

Palavras-Chave: Ensino-aprendizagem; Homeschooling, Socialização.

1 INTRODUÇÃO

Homeschooling, traduzindo para o português, Educação no Lar ou Educação Domiciliar, surgiu nos Estados Unidos da América na década de 60, de acordo com Oliveira et.al. (2019). É um movimento no qual os pais ou responsáveis optam por educar seus filhos em casa em vez de levá-los para a escola. Nesse contexto, expandem-se ideias a respeito da homeschooling, que, de acordo com Boto (2018), “[...] corresponde a uma prática que supõe que a formação letrada será ministrada pelos pais ou por especialistas por eles escolhidos, retomando aquilo que, tempos atrás, era chamado de preceptoría” (Boto, 2018, n.p.). Ainda, a autora destaca que a prática crescente já havia alcançado sessenta e três países no ano de 2018.

¹ Graduanda Pedagogia - Unifagoc. E-mail: ileanakarla59@gmail.com

² Docente do curso de Pedagogia - Unifagoc. E-mail: patricia.conde@unifagoc.edu.br

³ Docente do curso de Pedagogia - Unifagoc. E-mail: nae@unifagoc.edu.br

O norte-americano John Holt (1923-1985) professor e ativista do movimento da desescolarização foi um dos grandes precursores da popularização do homeschooling nos EUA e no mundo. A respeito de John Holt, Barbosa (2013), a partir de Gaither (2008), ressalta que Holt (1923-1985) foi um educador norte-americano, explícito defensor do homeschooling e pioneiro na teoria dos direitos da juventude. Em seus dois livros iniciais (*How Children Fail*, 1964; *How Children Learn*, 1967), estão detalhadas as ideias básicas de sua filosofia educacional, na qual destaca como a educação compulsória destrói a curiosidade natural das crianças em aprender e coloca no lugar o medo e as habilidades necessárias para passar nos testes.

Na modalidade homeschooling, as crianças e adolescentes não frequentam a escola; seus pais ou responsáveis organizam o processo educativo, podendo contar também com professores particulares. Boudens (2002, p.10) destaca que: “em outras palavras, ensino em casa seria uma educação básica formal que independe da frequência da escola, da presença em sala de aula, laboratórios, oficinas e bibliotecas, do convívio com crianças da mesma idade, do contato com professores convencionais”. Sendo assim, essa modalidade é um processo restrito única e exclusivamente à família, sem a mediação ou contribuição por parte do governo, pois a família define e organiza toda a concepção pedagógica pertencente ao processo de educação.

No Brasil, a discussão a respeito da homeschooling não é recente, mas ganhou força a partir do aumento do conservadorismo no campo social e se caracteriza como uma modalidade de ensino que se baseia na “soberania educacional da família” tendo como maior fundamento “[...] a liberdade de cada família determinar como será realizada a educação de seus filhos” (Moreira, 2017, p. 61).

Essa modalidade se baseia em princípios que enaltecem o poder dos pais não apenas sobre a aprendizagem, visto que conduzem os processos de ensino conforme determinada visão da sociedade, do conhecimento gerado, impedindo que as crianças e adolescentes convivam com a diversidade social, cultural e de crenças. Essas práticas de ensino podem influenciar na formação de pessoas intolerantes para a convivência em sociedade, já que para Humboldt (2010, p.60), “[...] o mais livre e independente dos homens será obstruído em sua formação se colocado em situações uniformes”.

De modo geral, o argumento básico dos que defendem essa modalidade de ensino é de que, pelo direito da família, cabe a ela escolher não só qual tipo de escola quer para seus

filhos, como também qual tipo de educação quer para eles. Porém, segundo Cury (2006, p.685), “um processo de educação escolar limitado ao âmbito familiar corre o risco de reduzir o campo de um pertencimento social mais amplo e de petrificar a interiorização de normas”.

Por outro lado, a Organização da Sociedade Civil Todos pela Educação (OSC) posiciona-se totalmente contrária a essa modalidade. Segundo ela, a Constituição Federal (CF) aponta nitidamente para a obrigatoriedade da presença do aluno na escola, em especial na faixa de escolarização obrigatória (...), instituindo para o Poder Público a obrigação de recensear, fazer a chamada escolar e zelar para que os pais se responsabilizem pela frequência à escola (BRASIL, CF, art. 208, § 3º). Além disso, ressalta que “a família, só ela, jamais reunirá as condições mínimas necessárias para alcançar objetivos tão amplos e complexos”. Afirma também que a solidariedade humana e a tolerância recíproca, que fundamentam a vida em sociedade, “não deverão ser cultivados no estreito (no sentido de limitado) espaço familiar” (OSC, 2021).

Visando entender essa modalidade de ensino aprendizagem, esta pesquisa tem como objetivo geral realizar uma análise na *homeschooling*, buscando entender suas implicações no desenvolvimento social das crianças e adolescentes que participam desse tipo de oferta de ensino. Este trabalho de pesquisa pretende, portanto, elucidar o seguinte questionamento: quais são os impactos no desenvolvimento social de crianças e adolescentes que usufruem da modalidade de ensino *homeschooling*?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 *Homeschooling* no mundo

A Associação Nacional De Educação Domiciliar (Aned) afirma que ao menos 60 países são adeptos da prática de *homeschooling*. Estados Unidos, França, Portugal, México e Paraguai, por exemplo, possuem regulamentação sobre o tema e não há necessidade de recorrer à justiça para educar crianças e adolescentes em casa. Nos Estados Unidos, os adeptos da modalidade chegam a 2 milhões (Semis, 2019, s/p).

Nos países que adotaram a modalidade de *homeschooling*, os anos que podem ser cursados em casa podem variar. Alguns países permitem que os pais eduquem seus filhos em casa durante todos os anos da educação básica, enquanto outros estabelecem restrições em

relação aos anos ou à idade dos estudantes. As regulamentações específicas variam de acordo com a legislação de cada país.

Em pelo menos 63 países, segundo dados da Home School Legal Defense Association, organização sediada no estado americano de Virgínia, a Homeschooling não é proibida expressamente por lei. Em muitos deles, a legislação é vaga, em alguns, contraditória, sendo interpretada diversamente por juristas, políticos e famílias. (Minatto, 2017, p.63).

Os tutores são os responsáveis pelo processo de educação domiciliar, assumindo o papel de professores dos filhos. Geralmente, os tutores são os pais ou tutores legais das crianças e adolescentes que estão sendo educados em casa. Eles desempenham um papel fundamental no planejamento e na execução do currículo educacional, fornecendo suporte, orientação e instrução aos estudantes em um ambiente doméstico. O tutor assume a responsabilidade de garantir que o estudante receba uma educação adequada e completa de acordo com as regulamentações locais e são fundamentais nessa modalidade de ensino, pois, segundo Picoli (2020, p. 4) “[...] não é onde dar-se-á o processo de ensino, mas sobretudo com quem, em companhia de quem, em que circunstâncias e sob controle de quem”.

2.2 Educação domiciliar no Brasil: o que diz a lei?

Uma das questões centrais no debate brasileiro sobre a homeschooling gira em torno da constitucionalidade de tal prática no país. Apesar da visão predominante de sua inconstitucionalidade, verificou-se que ela é apta à contestação e não se revela como única.

O ensino domiciliar, como substituto do ensino escolar, não é proibido expressamente por nenhuma norma no ordenamento jurídico brasileiro, seja constitucional, legal ou regulamentar. Nem, tampouco, é expressamente permitido ou regulado por qualquer norma. O fundamento dessa omissão é bastante simples: o assunto somente está sendo debatido no Brasil recentemente e, ainda, de forma tímida. (Aguiar apud Alexandre, 2016, p. 10)

Assim, o estudo sobre a possibilidade de prática e de regulamentação da educação domiciliar no Brasil requer uma análise dos aspectos jurídicos que envolvem o tema, ocasionando a compreensão do que estabelece a legislação, do impacto das decisões judiciais já existentes sobre o tema, da repercussão dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos reconhecidos pelo Brasil, assim como da pressão exercida pela população e pelas associações em prol do movimento (Barbosa, 2016).

A ideia ainda predominante no país é a de que a educação como direito “exige, na formação do cidadão, o preparo para viver em ambiente democrático e republicano, o que supõe, no mínimo, o conhecimento das instituições democráticas dos mecanismos de representação e dos direitos e deveres inerentes à cidadania” (Ranieri, 2009, p. 16), formação esta que poderia ser prejudicada quando limitada ao ambiente familiar (Barbosa, 2016).

Entretanto, no dia 19 de maio de 2022 foi aprovado, pela Câmara de Deputados, o Projeto de Lei 1.388/2022 (como PL 3.179/2012), o qual já está na Comissão de Educação (CE) do Senado. O relator é o senador Flávio Arns (Podemos-PR).

O texto aprovado pela Câmara foi um substitutivo da deputada Luisa Canziani (PSD-PR) ao projeto do deputado Lincoln Portela (PL-MG). Pelo texto aprovado, para usufruir da educação domiciliar, o estudante deve estar regularmente matriculado em instituição de ensino, que deverá acompanhar a evolução do aprendizado (Agência Senado, 2022). De acordo com o texto,

pelo menos um dos pais ou responsáveis deve ter escolaridade de nível superior ou em educação profissional tecnológica em curso reconhecido. A comprovação dessa formação deve ser apresentada perante a escola no momento da matrícula, quando também ambos os pais ou responsáveis terão de apresentar certidões criminais da Justiça federal e estadual ou distrital. (Agência Senado, 2022).

A alteração, na visão da deputada autora do Projeto de Lei 1.388/2022, assegura aos pais e responsáveis o direito de educar em casa sob a supervisão do Estado.

2.3 A escola como agente de socialização

A produção acadêmica brasileira sobre a educação domiciliar ainda é insuficiente, compondo-se apenas de um trabalho de campo (estudo de caso de Fabio Schebella de 2007) e uma dezena de estudos jurídicos e arguições filosóficas. Os críticos da modalidade afirmam que educar em casa é “humanizar um sujeito numa espécie de ‘bolha’ protetora calcada em preconceitos” (Vieira, 2011, p. 7). “Hoje, a *homeschooling* alcançou relevância mundial, com praticantes em mais de sessenta países e crescimento acelerado nos últimos trinta anos. As motivações mencionadas são tão variadas quanto as origens dos pais e os modos de aplicação” (Vieira, 2012, p.11).

Por outro lado, agir e interagir em contexto comunitário, como o caso de uma escola, presume o desenvolvimento da empatia, da reciprocidade e o reconhecimento da existência do

outro enquanto ser livre e diferente. Exige, por parte de cada ser humano, aprendizagem dos próprios limites, saída de si mesmo e aceitação de que o outro pode possuir perspectivas e sentidos diferentes. Habermas (2004) tem uma compreensão complementar quanto à formação da identidade pessoal e aponta o processo de socialização como o desencadeador da individualização, uma vez que “[...] as pessoas se individualizam apenas por meio da socialização” (Habermas, 2004, p. 326). Para ele, a interação simbólica e a aprendizagem contínua são as responsáveis pelo desencadeamento do processo de estruturação da identidade de cada um dos sujeitos sociais.

A socialização da criança e do adolescente na escola é um aspecto fundamental do desenvolvimento humano. Nas escolas, as crianças e adolescentes têm a oportunidade de interagir, aprender a conviver em grupo, desenvolver habilidades sociais e emocionais, e construir amizades significativas. A interação com colegas e professores também contribui para a formação da identidade, autoestima e senso de pertencimento. Durkheim (2011) relata também a formação do caráter social, constituído pela educação através da chamada socialização metódica que seria a junção do ser individual com o ser social:

Um é composto de todos os estados mentais que dizem respeito apenas a nós mesmos e aos acontecimentos da nossa vida pessoal; é o que se poderia chamar de ser individual. O outro é o sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós não a nossa personalidade, mas sim o grupo ou os grupos diferentes dos quais fazemos parte; tais como as crenças religiosas, as crenças e práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais e as opiniões coletivas de todo. Este conjunto forma o ser social. (Durkheim, 2011, p.54).

A escola é um ambiente onde os jovens aprendem a lidar com diferenças, a respeitar o próximo e a desenvolver empatia. A convivência em um ambiente escolar saudável e inclusivo pode impactar positivamente o bem-estar emocional e mental dos estudantes, proporcionando-lhes um senso de comunidade e apoio. A socialização na escola também é importante para o desenvolvimento cognitivo, uma vez que as interações sociais estimulam o pensamento crítico, a comunicação e a resolução de problemas. Através de atividades colaborativas, os estudantes aprendem a trabalhar em equipe, a expressar suas ideias e a compreender diferentes perspectivas. Na visão de Dessen e Polonia (2007, p. 25):

O sistema escolar, além de envolver um universo de pessoas, com características diferenciadas, inclui um mundo significativo de interações contínuas e complexas, em função dos estágios do desenvolvimento do aluno. Trata-se de um ambiente constituído por várias culturas que compreende

também a construção da afetividade e preparo para viver em sociedade.

A socialização na escola pode influenciar as atitudes e comportamentos dos jovens, moldando suas visões de mundo e preparando-os para uma participação ativa na sociedade. Um ambiente escolar acolhedor e propício à socialização é essencial para o desenvolvimento saudável e integral das crianças e adolescentes. Para Vasconcelos e Boto (2020, p. 14 – 15):

A escola tem três funções na vida das crianças: a primeira delas - e certamente a mais importante - é a de se colocar como instância intermediária entre a família e a vida social. É como se a escola preparasse a criança para o seu ingresso no mundo público. Essa é sua primeira função. As outras duas são decorrentes dessa. Em nossa sociedade, o acesso à cultura letrada é um requisito. E a escola é a instituição voltada a ensinar a criança a lidar com os códigos da cultura escrita - essa é a segunda função da escola. E, finalmente, a terceira função é a de um aprendizado de valores e de códigos de comportamento considerados adequados e condizentes com o que a sociedade entende ser importante. A escola, então, supõe um aprendizado da ética e da civilidade.

Percebe-se, com base nos autores citados, a importância da educação escolar como agente de socialização na vida dos educandos, especialmente aqueles inseridos nos anos iniciais das instituições de ensino.

2.4 As implicações da *Homeschooling* no processo de socialização infantil

A modalidade *homeschooling*, tem gerado debates sobre suas implicações no processo de socialização infantil. A principal preocupação está relacionada à possibilidade de que as crianças educadas em casa tenham menos oportunidades de interação social em comparação com aquelas que frequentam escolas tradicionais. É importante que os pais que optam pela *homeschooling* estejam cientes da importância da socialização e busquem oportunidades para que seus filhos interajam com outras crianças de maneira saudável e enriquecedora.

[...] o ser social se constrói como tal enquanto interage com a sociedade ao seu redor, ou seja, se socializa de forma ativa no próprio meio social. Por que ensinar em casa não é um problema social? Porque a criança não é socializada exclusivamente nem na escola nem em casa. Nós todos somos socializados na sociedade. (KLOH, 2016, p. 351).

As implicações da *homeschooling* na socialização infantil dependem da maneira como os pais abordam a questão e das oportunidades de interação social oferecidas às crianças fora do ambiente escolar. É um assunto complexo que requer consideração cuidadosa.

[...] como uma noção definidora de um conjunto expressivo de práticas de cultura que tecem e mantêm os laços sociais, a socialização é entendida como uma área de investigação que explora as relações indissociáveis

entre indivíduo e sociedade; na sua dimensão produtora difusora e reprodutora, a socialização pode focar as instituições como matrizes de cultura, pode enfatizar as estratégias de transmissão e portanto de transformação dos grupos sociais bem como pode explorar as disposições de cultura incorporadas pelos indivíduos ao longo de suas experiências de vida. (Setton, 2011, p. 715).

O ser humano desenvolve uma noção de si mesmo ao interagir com outros. Pela interação, o sujeito passa a adotar as atitudes do outro e abrem a possibilidade de interagirem como “um ego dá a entender algo a um *alter ego*” (Habermas, 2012b, p.27).

A infância é o período da vida em que a criança vivencia e internaliza os papéis sociais presentes no meio no qual se encontra inserida. Por isso, brincar torna-se primordial no processo de desenvolvimento infantil.

Ao brincar, a criança adota vários papéis, um depois do outro, de pessoas ou animais, que de algum modo se fazem presentes em sua vida. A vivência de outros papéis possibilita-lhe transcender a barreira de si mesma, em direção a uma organização de atividades sociais, nas quais a centralidade no próprio ego começa a ser rompida pela existência de uma noção de um ‘outro’ e de um ‘nós’. [...]. Esse brincar livre, sem regras aparentes e por um período temporário, organiza uma estrutura de conversação interior. Ao dizer algo, assumindo uma personagem, e ao responder em outra personagem, a criança experimenta uma estrutura organizada de papéis sociais. (Casagrande, Hermann, 2017, p. 49).

O brincar e jogar, a construção da identidade pessoal intermediada pelo outro, no caso outra criança, mostram-se presentes no contexto escolar, nas instituições de Educação Infantil e posteriormente nos anos iniciais do ensino Fundamental. As instituições sociais são importantes porque garantem a experiência da vida em comunidade, com a aprendizagem de valores, de regras e de modos de ser (Casagrande, 2016).

Além disso, se concordamos com a afirmação de que a educação é interação, ou pressupõe, necessariamente, a interação e o contato com o outro, então qualquer projeto pedagógico que vise a formação integral dos seres humanos não pode prescindir do contato com o outro e da convivência enquanto instâncias fundamentais à aprendizagem, ao desenvolvimento dos educandos e à estruturação da identidade pessoal de cada um deles. Apenas um espaço social como a escola oportuniza contato com crianças de diferentes grupos sociais, favorecendo o confronto de perspectivas e de crenças, de outro modo, a aprendizagem daquilo que é diferente e estranho ao vivido no seio familiar. (Casagrande, Hermann, 2020, s/p).

As práticas pedagógicas domiciliares assim como a opção pela *homeschooling* incentivam o individualismo e a falta de convivência social, impedindo o real contato com o

outro, contato esse indispensável à construção da socialização infantil.

3 METODOLOGIA

Este estudo, em relação à abordagem, é de natureza quali-quantitativa e foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Segundo Fonseca (2002, p. 20), “a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta entre pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”.

O estudo, quanto aos procedimentos, é bibliográfico e a aplicação do questionário ocorreu em duas escolas públicas do município de Guidoal, Minas Gerais, e uma escola privada no município de Ubá, Minas Gerais. De acordo com Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca, por meio de referenciais teóricos publicados, analisar opiniões de diferentes autores acerca de um assunto. O questionário na pesquisa científica é uma forma de coletar dados. Segundo Gil (1999, p.128), o questionário refere-se a uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”

Quanto aos fins, é uma pesquisa descritiva e básica. De acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva expõe as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Gil (1999) também afirma que a pesquisa científica básica deve ser motivada pela curiosidade e suas descobertas, divulgadas para toda a comunidade, possibilitando assim a transmissão e debate do conhecimento.

A população da pesquisa foi composta por professores do Ensino Fundamental e uma professora do Ensino Médio e o público alvo da amostra foi composto pelos docentes que atuam no Ensino Fundamental e Médio das três escolas. A escolha das instituições ocorreu por critério

de acessibilidade ao local de pesquisa. Segundo Gil (2008, p. 94), esse tipo de amostragem por acessibilidade

[...] constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão.

Os questionários foram elaborados e aplicados aos docentes que participaram da pesquisa. Os resultados foram analisados e o tratamento dos dados obtidos foi realizado com a análise de discurso, pois “é durante a análise que os dados adquirirão um sentido e, nesse caso, é preciso ter cuidado com as particularidades, as generalizações e o cuidado com o tratamento das informações” (Neves, 2015, p. 22).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para este trabalho, foi realizada uma pesquisa que traz como pauta os impactos no desenvolvimento social de crianças e adolescentes que usufruem da modalidade de ensino *homeschooling*. Os dados obtidos foram trabalhados buscando uma conversação entre teoria e prática pedagógicas.

Serão apresentados, a seguir, alguns resultados provenientes de um questionário com 7(sete) questões fechadas e 7(sete) questões abertas, para onze professores, seis da rede pública e cinco da rede privada.

Ao serem questionados sobre conhecerem a modalidade de ensino aprendizagem denominada *homeschooling*, um professor respondeu que não, somente ouviu falar a respeito; quatro responderam que sim e afirmaram que já leram e se informaram a respeito dessa modalidade, e seis responderam que sim, porém superficialmente. Destaca-se a resposta negativa do professor, visto que Vasconcelos (2009) afirma que a educação domiciliar não é uma novidade no Brasil. Foi praticada, por vezes majoritariamente, até a consolidação dos sistemas formais de escolarização, o que ocorreria somente no século XX.

Em seguida, foi perguntado se essa modalidade de ensino aprendizagem fosse efetivada no Brasil, o que mais os atrairia nela. Três professores responderam que não se sentem atraídos por essa modalidade de ensino; dois responderam que seria o maior envolvimento dos pais no processo educacional; dois responderam ser a personalização do ensino e seis responderam ser a flexibilidade de horários. Adrião (2018, p. 16) segue nessa linha e esclarece que a

homeschooling se confronta com o pressuposto da obrigatoriedade de frequência à escola, estando a educação domiciliar em defesa do “[...] direito das famílias em não escolarizarem seus filhos. Sua oferta apresenta graus diversos de ‘flexibilização’, podendo ou não contar com financiamento e supervisão por parte do poder público”.

Ao serem questionados sobre quais são as principais dificuldades do *homeschooling*, dois professores responderam ser o equilíbrio entre vida familiar e educacional; dois responderam ser a dificuldade em encontrar recursos educacionais; uma respondeu ser a falta de controle sobre a proficiência dos tutores e nove responderam ser a falta de interação social dos estudantes. Na visão de Cury (2019, p. 6), “a *homeschooling*[...] corre o risco de, perigosamente, escorregar para um isolamento, um fechamento para o outro, dentro da família, reduzindo o campo de compartilhamento convivial e de transmissores não licenciados”. Ele entende que a escola é importante instituição de socialização secundária e que as interatividades que ali acontecem suprem elementos egocêntricos que a família não consegue resolver completamente.

Em seguida, foi perguntado como eles acreditam que seja o desempenho acadêmico dos alunos que recebem educação domiciliar e quatro professoras responderam ser igual ao ensino tradicional; dois responderam ser superior ao ensino tradicional e cinco responderam ser inferior ao ensino tradicional. Na visão de Cury (2006 apud Batista, 2018, p. 61-62) “[...] a educação doméstica não supre adequadamente nem o papel de catalisador dos conteúdos formativos, tampouco o de zelar pelo respeito mútuo e a reciprocidade indispensáveis à vida coletiva”

Ao serem questionados se os pais que escolhem a modalidade *homeschooling* estão preparados para dar o devido suporte aos filhos, nove professores responderam que muitos pais precisam se esforçar mais para dar o devido suporte; um professor respondeu que os pais estão bem-preparados devido à facilidade de acesso a recursos educacionais, e uma professora respondeu que a preparação dos pais não é relevante para o sucesso do *homeschooling*. Chama a atenção a resposta da professora que afirma não ser relevante a preparação dos pais, visto que o texto enviado para ser votado em plenário considera essencial que um dos pais ou responsáveis pela criança na *homeschooling* deva ter ensino superior completo, o que caracteriza a necessidade de preparo dos responsáveis para que a modalidade de ensino aconteça.

Em seguida foi perguntado como eles veem a questão da socialização na *homeschooling* e todos os professores responderam que a falta de interação com outros alunos pode ser um desafio. Foi perguntado também como eles classificam a socialização promovida no ambiente escolar regular, e um professor respondeu que é pouco importante, um professor respondeu que é importante, e nove professores responderam que é muito importante. É preocupante a resposta do professor que considera pouco importante a socialização promovida no ambiente escolar. Por outro lado, o fato de a maioria considerar essa socialização muito importante é corroborada por Batista (2018, p. 46) ao afirmar que:

A Escola seria mais do que um local de transmissão de conhecimentos acumulados, seria onde percursos formativos complementaríamos a personalidade da criança construída em ambiente democrático e diverso, de maneira que tanto o egocentrismo infantil fosse parcialmente superado quanto houvesse amadurecimento para a cidadania consciente dos direitos e deveres da vida em sociedade.

A pergunta seguinte questionou a importância da convivência com diferentes crianças e adultos no processo de escolarização infantil e como os respondentes classificam a convivência com diferentes pessoas e culturas proporcionada pela escola aos alunos que estão em processo de formação. De um modo geral, os professores responderam que essa convivência é essencial para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo das crianças, ensinando-lhes habilidades importantes como empatia, comunicação e colaboração. A convivência com diferentes pessoas e culturas no processo de escolarização é fundamental, pois promove a tolerância, enriquece o aprendizado e prepara os alunos para um mundo globalizado. Setton (2011) atesta que,

[...] como uma noção definidora de um conjunto expressivo de práticas de cultura que tecem e mantêm os laços sociais, a socialização é entendida como uma área de investigação que explora as relações indissociáveis entre indivíduo e sociedade; na sua dimensão produtora difusora e reprodutora, a socialização pode enfatizar as instituições como matrizes de cultura, pode enfatizar as estratégias de transmissão e portanto de transformação dos grupos sociais bem como pode explorar as disposições de cultura incorporadas pelos indivíduos ao longo de suas experiências de vida. (Setton, 2011, p. 715)

Em seguida, foi abordado o projeto de lei que existe no Brasil que propõe regulamentar o ensino domiciliar na educação básica (Ensino Fundamental I, II e Médio) e questionou-se aos respondentes quais seriam os benefícios da *homeschooling*. Eles responderam, no geral, que existem alguns, tais como: maior direcionamento pedagógico para alunos com necessidades especiais; maior participação da família no processo de ensino-aprendizagem; maior liberdade

de escolha do método pedagógico de ensino; flexibilidade de horários; etc. Porém, duas professoras responderam que não veem benefícios. A esse respeito, Vasconcelos (2015) ratifica que:

Nos dias atuais, a educação doméstica constitui uma das formas de educação alternativa a que as famílias, sob a influência de condições específicas, recorrem quando, entre outros motivos, a escola não alcança as expectativas de suas demandas. (...) O que se observa com mais frequência na opção pela educação doméstica, são pais que por motivos diferentes preferiram dar educação aos filhos e filhas na própria casa. Talvez, o único traço comum ressaltado refira-se ao descontentamento com a escola em que estudaram, ou aquela pela qual os filhos passaram antes de optarem por homeschooling. (Vasconcelos, 2015, p.12)

Em seguida, foi perguntado como seria trabalhada a socialização para os alunos que recebem educação domiciliar. Foi respondido, de forma unânime, que para que não haja perda no processo de socialização, os responsáveis devem incluir o discente em variadas atividades extracurriculares de preferência em ambientes que não tenham valor afetivo cotidiano, a fim de levá-lo a experiências diferentes e engrandecedoras. Porém, uma professora respondeu que infelizmente não seria tão fácil trabalhar essa socialização, o que é corroborado por Vygotsky (2007, p. 100) quando diz que “[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que a cercam”

A pergunta seguinte questionou sobre os principais desafios enfrentados pelas famílias que optam pela *homeschooling* no Brasil, e foi respondido, de um modo geral, que seriam dificuldades de reconhecimento acadêmico, necessidade de recursos e suporte pedagógico, custos elevados, pressão social e garantia de socialização adequada das crianças. Este último item encontra respaldo em Andrade (2014a, p. 51) quando afirma que “os críticos questionam se as crianças educadas nesta modalidade serão capazes de participarem da sociedade mais ampla, ou seja, se serão capazes de fluir e interagir na sociedade”.

Ao serem questionados se acreditam que a *homeschooling* pode contribuir para a diversidade e inclusão na educação, as opiniões se dividiram: metade respondeu que não acredita, e a outra metade respondeu que sim, desde que haja um trabalho de cuidado com a preparação do aluno para o “mundo lá fora”, visto que há dificuldades fora dos muros da educação familiar. Em relação a esse tópico de discussão, Liz (2001) afirma que a diversidade tem como valor o respeito às diferenças, e estas não são obstáculos para o cumprimento da ação

educativa, mas, ao contrário, fator de seu enriquecimento.

A pergunta seguinte foi sobre quais seriam os impactos, a curto e longo prazo, na formação e desenvolvimento social das crianças e adolescentes que usufruem da modalidade de ensino *homeschooling*. A resposta, praticamente unânime, foi que a curto prazo, a *homeschooling* pode melhorar a educação personalizada, mas limitar a socialização. A longo prazo, fortalece laços familiares e habilidades de aprendizado independente, mas pode dificultar a adaptação social e profissional. A resposta encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) quando o documento determina que é no ambiente escolar, rico e acolhedor, que os estudantes têm a oportunidade de construir competências socioemocionais fundamentais para a transformação de uma criança em um adulto, impactando sua vida pessoal e até mesmo profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise da educação domiciliar, também conhecida como *homeschooling*, buscando entender suas implicações no desenvolvimento social das crianças e adolescentes que participam desse tipo de oferta de ensino e trazer algumas reflexões sobre essa temática. Para a realização da pesquisa, foram entregues questionários a onze professores, sendo cinco professores de uma escola privada em Ubá, MG, e seis professores de duas escolas públicas em Guidoal, MG.

Constatou-se que a maioria dos professores acredita que a falta de interação com outros alunos pode ser um desafio e que a socialização no ambiente escolar é muito importante para a criança. Ficou claro, também, que eles acreditam que a convivência com diversas crianças e adultos na escolarização é essencial para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança, crença que encontra respaldo nos autores presentes neste estudo.

Assim conclui-se que os resultados obtidos nesta pesquisa vão ao encontro do objetivo traçado no início da presente investigação ao comprovar que a socialização no ambiente escolar é de extrema importância para o desenvolvimento integral do discente. Além disso, fica claro que a convivência com outras crianças e adultos na escolarização é essencial para o processo de adequação social, visto que diferentes pessoas e culturas na escola promovem o respeito às diferenças, empatia e solidariedade, habilidades primordiais à vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alexandre Magno Fernandes Moreira. A situação jurídica do Ensino Domiciliar no Brasil. Disponível em: <https://www.aned.org.br/sobre-nos/quem-somos-aned>.

ALEXANDRE, Manoel Morais de O. Neto. Quem tem medo do homeschooling? o fenômeno no Brasil e no mundo. Brasília: Câmara do Deputados, Consultoria Legislativa, 2016. 22p. Disponível em: bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/30982.

BARBOSA, L. M. R. **Ensino em casa no Brasil: um desafio à escola?** 2013. 350 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. HOMESCHOOLING NO BRASIL: AMPLIAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO OU VIA DE PRIVATIZAÇÃO?*, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/6gQVyGg8KYBBNfjWBhfVx6B/?format=pdf&lang=pt>.

BERGER, P.L. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOTO, C. “Homeschooling”: a prática de educar em casa. **Jornal da USP**, São Paulo, 16 de março de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/homeschooling-a-pratica-de-educar-em-casa/>.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

CASAGRANDE, C. A. Interacionismo simbólico, formação do “self” e educação: uma aproximação ao pensamento de G. H. Mead. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 30, n. 59, p. 375-403, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/revedfil.issn.0102-6801.v30n59a2016-p375a403>

CASAGRANDE, C. A.; HERMANN, N. Identidade do eu em contextos plurais: desafios da formação. **Pro-Posições**, Campinas, v. 28, Suppl. 1, p. 39-62, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0046>

CASAGRANDE, C. A.; HERMANN, N. Formação e Homeschooling: controvérsias. **Práxis Educativa**, vol.15. Ponta Grossa, 2020. Epub 04-Jun-2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.15.14789.032>

CURY, C. R. J. Educação escolar e educação no lar: espaços de uma polêmica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 667-688, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302006000300003>.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A Família e a escola como contextos

de desenvolvimento humano. Brasília.2007.

DURKHEIM, Êmile. trad., Stephania Matousek, Educação e Sociologia. Petrópolis: Vozes, 2011.

HABERMAS, J. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HUMBOLDT, W. Schriftrn zur Antropologie und Geschichte. In: HUMBOLDT, W. **Werke in fünf Bänden**. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2010. (Volume I).

IBOUDENS, E. **Ensino em casa no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

KLOH, F. F. P. Quando a escola não faz parte da biografia: depoimentos de vida em homeschooling. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 343-355, 2016. DOI:<http://dx.doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2016.v1.n2.p343-355>

MINATTO, R. O. **O reconhecimento do ensino domiciliar (homeschooling) para crianças e adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro, uma análise do recurso extraordinário nº 888815 do Supremo Tribunal Federal**. Trabalho de conclusão de curso da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma, 2017.

MOREIRA, A. M. F. **O direito à educação domiciliar**. Brasília: Monergismo, 2017.

OLIVEIRA et. al. **Homeschooling no Brasil**: acepções históricas e jurídicas. VI Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 2019.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Homeschooling**: um debate fora do tempo. Junho, 2021. Disponível em:
<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/homeschooling-um-debate-fora-de-tempo/>

SENADO NOTÍCIAS. **Projeto que autoriza educação domiciliar começa a ser discutido no Senado**. Fonte: Agência Senado, 26/05/2022. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/26/projeto-que-autoriza-educacao-domiciliar-comeca-a-ser-discutido-no-senado>.

SEMIS, L. Homeschooling: 14 perguntas e respostas. **Nova Escola**, 2019. Disponível em:
<https://novaescola.org.br/conteudo/15636/homeschooling-14-perguntas-e-respostas>

SETTON, M. G. J. Teorias da socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 711-724, 2011. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022011000400003>

VASCONCELOS, M. C. C.; BOTO, C. A educação domiciliar como alternativa a ser interrogada: problema e propostas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014654, p. 1-21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/d.48.2015.tde-11062015-153719>

VIANA, H. S. A Escolarização Domiciliar e seus Contrapontos. In: **IV Encontro Estadual de**

Didática e Prática de Ensino, Goiás, 2011. Disponível em:

<http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/sociologia/co/378-844-2-SM.pdf> .

VIEIRA, A. de H. P. “**ESCOLA? NÃO, OBRIGADO**”: Um retrato da homeschooling no Brasil. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Brasília, 2012.